

Carta ao Leitor

Bruno Spada



Aroldo Cedraz de Oliveira

é ministro do Tribunal de Contas da União e supervisor do Conselho Editorial da Revista do TCU.

Prezado leitor,

A Administração Pública atravessa um período marcado por desafios importantes, provocados pela evolução tecnológica da Era Digital e pelo envolvimento crescente da sociedade na formulação de políticas públicas e em discussões sobre eficácia e transparência na aplicação de recursos do Estado. Testemunhamos uma transformação nas relações entre governo e cidadãos, à qual o controle externo não pode e não vai ficar indiferente.

Os que acompanham a *Revista do TCU* sabem que o tema não é inédito nesta publicação. Ainda assim, é certo que estamos longe de esgotar o assunto, haja vista a amplitude de possibilidades e perspectivas que essa nova era nos traz. A presente edição, em particular, dedica-se a um olhar para o futuro próximo – para os avanços que poderão ser conquistados a partir das mais modernas técnicas de mineração de dados, análise semântica de textos, geoprocessamento e realidade virtual.

Investimentos em ciência e tecnologia são essenciais ao desenvolvimento sustentável e à construção de economias produtivas, com sociedades mais justas e inclusivas. Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), “uma das lições mais importantes das últimas duas décadas foi o papel fundamental da inovação no desenvolvimento econômico”. Assim, ao intensificar o uso da Tecnologia da Informação no controle externo e compartilhar suas experiências, o Tribunal de Contas da União (TCU) aponta caminhos a serem seguidos pelo Estado, de modo a tornar-se mais eficiente, transparente e eficaz no atendimento aos anseios da população.

Não há dúvidas de que a atividade de auditoria, na Era Digital, passa necessariamente pelo uso intensivo do assim chamado Big Data Analytics. O processamento de volumes colossais de dados, para deles extrair conhecimentos úteis à gestão pública e à sua fiscalização, torna-se cada vez mais presente graças à evolução da aprendizagem de máquina e da inteligência artificial. Como nos lembra o entrevistado desta edição, Cezar Taurion, os avanços nessa área são tão rápidos que temos dificuldade até mesmo em imaginar os resultados que poderão ser alcançados nos próximos anos.

Ao assumir posição de vanguarda no uso desses instrumentos, o TCU já tem colhido frutos de modelos preditivos e algoritmos inteligentes produzidos por nossas próprias equipes técnicas. Como relata na coluna “Opinião” o Secretário Wesley Vaz, responsável por tais iniciativas, trata-se de incorporar novas ferramentas à rotina de trabalho dos auditores, de modo a escolher melhor as ações de controle a serem realizadas pelo Tribunal e, ato contínuo, executá-las de forma eficiente, tempestiva e precisa, conferindo assim maior efetividade à atuação desta Corte.

De maneira similar, estão em desenvolvimento novos métodos de trabalho com base na captação, no tratamento e na análise de imagens – seja por técnicas tradicionais de geoprocessamento ou com as inovações da realidade virtual – que prometem revolucionar, dentro de pouco tempo, a realização de auditorias ambientais, em obras públicas e em outros empreendimentos que envolvam grandes extensões territoriais.

Por fim, conforme ilustram diversos artigos publicados nesta edição, é importante ressaltar que a transformação digital da atividade de controle não é assunto de interesse exclusivo dos Tribunais de Contas e órgãos similares. Universidades brasileiras, como a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e centros de excelência internacionais em contabilidade e auditoria, como a Universidade Rutgers, nos Estados Unidos, possuem equipes de pesquisadores dedicados ao desenvolvimento de soluções que potencializem o uso da tecnologia e de grandes massas de dados como instrumentos para se combater, com maior eficácia, os desvios e as fraudes na aplicação dos recursos públicos.

Estamos, portanto, diante do desafio de inovar continuamente, com foco em resultados orientados pela estratégia do Tribunal, de modo a consolidar o protagonismo desta Casa perante o sistema de controle nacional e internacional. Mais ainda, trata-se de imperativo para que sejamos capazes de desempenhar a contento a missão que nos foi incumbida há 126 anos: aprimorar a administração pública em benefício da sociedade.

Boa Leitura!